



Contrato de união civil entre pessoas do mesmo sexo já!

O Brasil vive um importante momento histórico e se aproxima do Primeiro Mundo civilizado ao propor a legalização do contrato de união civil entre pessoas do mesmo sexo: encontra-se em discussão no Congresso o Projeto de Lei nº 1.151, de autoria da deputada Marta Suplicy (PT-SP), que disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Ao ser aprovada tal lei, duas mulheres ou dois homens que vivam juntos, homossexuais ou não, poderão firmar contrato em cartório, garantindo reciprocamente os benefícios previdenciários e os direitos à sucessão, tal como a lei regula tais direitos entre casais de sexo oposto. O presidente da Câmara, deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), declarou-se "simpático" à iniciativa (*FSP*, 27/1/95) e o relator do projeto, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), disse: "Os homossexuais são seres humanos e merecem respeito. Acho o projeto justíssimo, pois tira os homossexuais do anedotário e lança sobre eles o manto da lei" (C.B. 12/4/96).

Exatamente na mesma ocasião em que esse polêmico projeto dá entrada na comissão especial da Câmara dos Deputados, no mundo civilizado o Contrato de União Civil, popularmente chamado de "casamento homossexual", já é realidade: Dinamarca, Noruega, Suécia e Hungria já o instituíram como lei em âmbito nacional. Inúmeras e importantes cidades da Holanda, Espanha e Bélgica já reconhecem e dão atestados de união civil aos ca-

sais de gays e lésbicas. Na França, já são 243 as prefeituras que permitem aos homossexuais esse direito elementar de cidadania.

O exemplo desses países — líderes mundiais em progresso civilizatório e respeito aos direitos humanos — demonstra, sem sombra de dúvida, que reconhecer legalmente a união de dois gays ou de duas lésbicas não ameaça a família nem o casamento tradicional, pois ambas as instituições, o contrato de união civil e o casamento à antiga, podem perfeitamente conviver paralela-

mente, desde que respeitem mutuamente suas especificidades. Afinal, em que países e legislações o Brasil deve se espelhar: na Escandinávia, onde democraticamente se conferiu aos gays e lésbicas, mulheres e minorias raciais a igualdade da cidadania, ou no Irã, Iraque e Sudão, onde adúlteras e homossexuais são mortos a pedradas e ainda se corta a mão dos ladrões?!

A oposição histórica de certos setores mais retrógrados de nossa sociedade à cidadania plena dos homossexuais, e ao direito elementar de ter suas relações estáveis reconhecidas por lei, pode ser comparada à atitude dos senhores de escravos, às vésperas da Lei Áurea, que previam a ruína do Brasil caso a escravidão fosse abolida. Alar-me falso: aí estão os negros livres do cativo há mais de um século, e nosso país continua deitado eternamente em seu berço esplêndido. O mesmo pânico derrotista tomou conta dos reacionários mais empedernidos quando da instauração do casamento civil no alvorecer da era

republicana: a hierarquia católica chegou a excomungar quem se casasse no cartório, mas, passados alguns anos, teve de voltar a trás, pois percebeu que a idade das trevas já havia passado e o casamento civil era um progresso civilizatório definitivo. Com a Lei do Divórcio, nova cruzada dos brancalhões de plantão: e se não fosse protestante o general-presidente que sancionou essa abençoada lei, até hoje os brasileiros desquitados e novamente casados continuariam "amancebados" e seus filhos, tratados pelos intolerantes como bastardos.

São falsos profetas aqueles que vaticinam o fim do casamento sacramental e da sagrada família, caso nossos parlamentares acompanhem seus colegas do Primeiro Mundo e aprovelem o contrato civil entre pessoas do mesmo sexo. Primeiro, porque a família elementar-monogâmica-heterossexual, segundo atesta farta documentação etno-histórica, parece ser instituição inquebrantável e a preferida pela maioria dos humanos nestes últimos milênios de nossa História, arranjo predileto mesmo nas sociedades onde a poligamia poliginica ou a poliândrica gozavam de status legal. Igual a certas espécies de aves e insetos, também a maioria dos humanos (diferentemente de nossos primos gorilas e chimpanzés) considera que é mais prático viver um macho apenas com uma fêmea do que outros arranjos erótico-familiares. Portanto, como garantem as insuperadas pesquisas de Kinsey (sexólogo e entomólogo!) e Master & Johnson, recentemente ratificadas pelos trabalhos do dr. Frederick Witham, da Universidade do Arizona, mesmo se se liberar totalmente a prática homossexual, mesmo assim muito mais homens continuarão a preferir as mulheres, e vice-versa, não constituindo, portanto, nenhuma ameaça à continuidade da

espécie humana e à família conjugal-elementar, ou ao casamento burguês, a legalização do contrato civil entre a minoria amante do mesmo sexo.

Retrucarão ainda os mais fundamentalistas: "Mas vivemos num país de tradição cristã" (as matanças da Candelária, de Carajás e do Carandiru que o digam!). E o papa condena o homossexualismo. Certo, o papa polaco esmera-se em sua intolerância moralista (o bispo Gaillot, de Evreux e nosso Leonardo Boff sofreram na carne sua perseguição inquisitorial!). Mas lembramos nós: Sua Santidade também condena o divórcio, proíbe o uso da pílula anticoncepcional e considera pecado mortal o uso da camisinha. Quantos católicos obedecem piamente a proibições tão desumanas? Assim sendo, num Estado laico como o Brasil, onde, apesar de nossa tradição *soit disant* cristã, a maioria dos brasileiros e grande parte dos católicos não seguem a moral cristã, indagamos: quem tem autoridade moral para negar aos homossexuais a legalização de uma vida em comum respeitosa e respeitável, se convivemos todos tão bem com milhões de brasileiros divorciados, usuários de preservativo e outros métodos anticoncepcionais; e que inegavelmente vivem em diabólico estado de pecado mortal de acordo com a mesma tradição cristã?!

Contrato de união civil entre pessoas do mesmo sexo já! Caso contrário, que se rasgue a Constituição federal, pois continuará sendo mentira que no Brasil "todos são iguais perante a lei".

■ **Luiz Mott**, mestre em Etnologia pela Sorbonne, doutor em Antropologia pela Unicamp, é secretário de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis